



Jacarandá Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024 e Relatório dos Auditores
Independentes

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

As atividades florestais desempenham papel fundamental no modelo de negócios da controladora Klabin, assegurando o fornecimento contínuo de madeira para as operações industriais da Companhia. O ativo florestal é composto principalmente por áreas plantadas de pinus e eucalipto, que possibilitam o acesso às fibras longa e curta com elevada eficiência operacional e competitividade de custos.

A gestão florestal é conduzida com foco no abastecimento sustentável das unidades industriais, na qualidade da matéria-prima e na eficiência logística, buscando constantemente a otimização do raio médio de transporte da madeira e o equilíbrio adequado do mix de fibras requerido pelos produtos finais.

No contexto das iniciativas de otimização do portfólio de ativos florestais, o desdobramento do Projeto Caetê resultou na disponibilização de aproximadamente 60 mil hectares de terras produtivas excedentes para monetização. No âmbito da monetização de terras excedentes, foi realizada a primeira venda no terceiro trimestre de 2025, seguida por novas operações no quarto trimestre do mesmo ano.

Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Jacarandá Reflorestadora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jacarandá Reflorestadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Jacarandá Reflorestadora S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Jacarandá Reflorestadora S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. INFORMAÇÕES GERAIS	8
2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	8
3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES	9
4. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO	11
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	12
7. PARTES RELACIONADAS	12
8. TRIBUTOS A RECUPERAR	14
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO CORRENTES E DIFERIDOS	14
10. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	15
11. ATIVOS BIOLÓGICOS	16
12. IMOBILIZADO	19
13. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	20
14. FORNECEDORES	23
15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS	23
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	26
18. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA	27
19. RESULTADO FINANCEIRO	28
20. GERENCIAMENTO DE RISCOS	28

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	94.469	111.884
Contas a receber de clientes	6	-	45
Partes relacionadas	7	159	18.530
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	7.076	35.265
Outros ativos	4.2	15.297	204
Total do ativo circulante		117.001	165.928
Não circulante			
Partes relacionadas	7	7.451	96.156
Depósitos judiciais	15	145	805
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	946	-
Outros ativos	4.2	57.600	-
		66.142	96.961
Ativos biológicos	11	684.751	562.381
Imobilizado	12	191.900	206.647
Ativos de direito de uso	13	-	68.848
		876.651	837.876
Total do ativo não circulante		942.793	934.837
Total do ativo		1.059.794	1.100.765

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

PASSIVO	Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Fornecedores	14	192	39
Partes relacionadas	7	8	182.373
Passivos de arrendamentos	13	-	28.586
Obrigações fiscais		49	19.246
Obrigações sociais e trabalhistas		23	199
Outras contas a pagar e provisões		-	401
Total do passivo circulante		272	230.844
Não circulante			
Partes relacionadas	7	-	435.399
Passivos de arrendamentos	13	-	49.556
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	99.810	80.615
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15	9.912	6.313
Total do passivo não circulante		109.722	571.883
Total do passivo		109.994	802.727
Patrimônio líquido			
Capital social		620.668	143.006
Reservas de lucros		329.132	155.032
Patrimônio líquido	16	949.800	298.038
Total do passivo e patrimônio líquido		1.059.794	1.100.765

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
	Explicativa		
Receita líquida de vendas	17	45.327	319.379
Variação do valor justo dos ativos biológicos	11	155.954	385.095
Custo dos produtos vendidos	18	(43.920)	(228.125)
Lucro bruto		157.361	476.349
Despesas/receitas operacionais			
Vendas	18	(79)	(31.472)
Gerais e administrativas	18	(1.035)	(63.907)
Outras receitas (despesas) líquidas	18	85.222	(19.410)
		84.108	(114.789)
Resultados de equivalência patrimonial		-	(5.274)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		241.469	356.286
Receitas financeiras		21.060	3.127
Despesas financeiras		(37.768)	(24.259)
Variações cambiais, líquidas		-	(5.276)
Resultado financeiro	19	(16.708)	(26.408)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		224.761	329.878
Correntes	9	(10.581)	(31.651)
Diferidos	9	(40.080)	(86.802)
Imposto de renda e contribuição social		(50.661)	(118.453)
Lucro líquido do exercício		174.100	211.425
Resultado por ação			
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,0613	0,1847

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do período		174.100	211.425
Resultado abrangente total do exercício		174.100	211.425

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Reserva de lucros					Resultados acumulados	Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de ativos biológicos	Reserva de investimento e de capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 31 de dezembro de 2023		1.797.615	43.754	135.176	-	26.115	-	2.002.660
Reestruturação societária		(1.654.609)	20.359	(135.178)	-	(26.115)	(120.504)	(1.916.047)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	211.425	211.425
Constituição de reserva legal		-	4.546	-	-	-	(4.546)	-
Constituição de ativos biológicos		-	-	254.162	-	-	(254.162)	-
Realização de reserva de ativos biológicos		-	-	(167.787)	-	-	167.787	-
Em 31 de dezembro de 2024		143.006	68.659	86.373	-	-	-	298.038
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	174.100	174.100
Aumento de capital	4.1	573.497	-	-	-	-	-	573.497
Cancelamento de ações	4.1	(95.835)	-	-	-	-	-	(95.835)
Destinação de lucro		-	8.705	79.745	85.650	-	(174.100)	-
Constituição de reserva legal		-	8.705	-	-	-	(8.705)	-
Constituição de ativos biológicos		-	-	102.930	-	-	(102.930)	-
Realização de reserva de ativos biológicos		-	-	(23.185)	-	-	23.185	-
Constituição de investimento e capital de giro		-	-	-	23.653	-	(23.653)	-
Dividendos propostos		-	-	-	61.997	-	(61.997)	-
Em 31 de dezembro de 2025		620.668	77.364	166.118	85.650	-	-	949.800

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		224.761	329.878
Ajustes por			
Depreciação e amortização		2.081	28.137
Exaustão dos ativos biológicos	18	43.826	134.361
Variação do valor justo dos ativos biológicos	11	(155.954)	(385.095)
Despesa com juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquida	19	-	2.319
Variação cambial	19	-	5.276
Despesa com juros de arrendamentos	12/18	(11.131)	4.906
Despesa juros intercompanhia	19	48.600	10.460
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)		(12)	-
Resultado na alienação de ativos	18	(80.053)	(266)
Resultado de equivalência patrimonial		-	5.274
Provisão para processos judiciais e administrativos		3.599	4.130
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		107.133	(29.631)
Estoques		-	46.553
Tributos a recuperar		14.300	(27.093)
Outros ativos		767	2.263
Fornecedores e partes relacionadas		(15.892)	34.387
Fornecedores risco sacado e risco sacado florestal		-	(4.009)
Obrigações fiscais		(19.197)	8.977
Obrigações sociais e trabalhistas		(176)	(3.961)
Outros passivos		(401)	(1.099)
Caixa gerado nas operações		162.251	165.767
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.523)	(17.088)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		143.728	148.679
Atividades de Investimento			
Adição de plantio e compras de madeira em pé	11	(10.242)	(36.475)
Recebimento na alienação de ativos	4.2	22.000	-
Dividendos recebidos		-	9.355
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		11.758	(27.120)
Atividade de Financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos intercompanhia		(573.497)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos intercompanhia		(76.822)	-
Pagamento de passivos de arrendamentos	13	(244)	(24.014)
Aumento de capital	4.1	573.497	-
Cancelamento de ações	4.1	(95.835)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(172.901)	(24.014)
Aumento de caixa e equivalentes		(17.415)	97.545
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		111.884	14.339
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		94.469	111.884

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Jacarandá Reflorestadora S.A., Sociedade de Propósito Específico ("Companhia"), foi fundada em 19 de dezembro de 1996, com sede em Telêmaco Borba, no estado do Paraná. Inicialmente controlada pelas empresas Arauco Internacional S.A. e Arauco Forest Brasil S.A. (em conjunto denominadas "Arauco"), a Companhia foi adquirida pela Klabin S.A. ("Klabin" ou "controladora") após contrato de compra e venda celebrado em 20 de dezembro de 2023, e teve sua denominação alterada de Arauco Forest Brasil S.A. ("AFB") para Jacarandá Reflorestadora S.A. A companhia tem como atividades preponderantes o plantio de florestas renováveis e sustentáveis, melhoramento genético, silvicultura, manejo e colheita de madeiras.

A totalidade da produção florestal da SPE é destinada à Klabin S.A., conforme previsto em contrato de compra e venda de madeira em pé celebrado entre as partes. O referido contrato estabelece as condições comerciais aplicáveis, incluindo critérios de formação de preço, prazos, volumes e demais obrigações operacionais relacionadas à colheita e entrega da madeira.

Durante o exercício de 2024 a Companhia esteve envolvida em seu processo de reorganização societária, o qual incluiu a recepção e a transferência de ativos e florestas resultantes da cisão da Erva-Mate Reflorestadora S.A, Itararé Reflorestadora S.A. e Cambará Reflorestadora S.A e a incorporação reversa da Campo Tenente Reflorestadora S.A. Esses eventos não acarretaram movimentação de fluxos de caixa.

1.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

A diretoria financeira aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 16 de março de 2026.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.1 – item c).

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente entre os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mensurado pelo valor justo através do resultado, como no caso dos ativos biológicos.

2.1 Sumário das principais práticas contábeis materiais adotadas

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

b) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas.

Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

Nota Explicativa	Estimativas e Julgamentos críticos
9	Imposto de renda e contribuição social diferidos.
11	Ajuste a valor justo dos ativos biológicos.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES

Os pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são aplicados pela Companhia de acordo com suas respectivas datas de vigência.

Adicionalmente, o e pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") continua emitindo novos pronunciamentos e revisões de normas existentes, os quais são incorporados ao arcabouço contábil brasileiro por meio do processo de convergência pelo CPC e entrarão em vigor em exercícios futuros. Os principais pronunciamentos e revisões emitidos até a data de autorização destas Demonstrações Financeiras estão apresentados a seguir:

Pronunciamentos e Revisões	Alteração / Aprimoramento	Aprovação	Vigência
<i>CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio</i>	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	05.07.2024	01.01.2025
<i>OCPC 10 - Créditos de Carbono</i>	Estabelece normas específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.	18.10.2024	01.01.2025
<i>CPC 48 - Instrumentos Financeiros 9 e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação</i>	O CPC traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes.	30.05.2024	01.01.2026
<i>CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis</i>	Substitui o CPC 26 (R1) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	10.10.2025	01.01.2027

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs), acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS (*International Financial Reporting Standards*) mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras.

4. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

4.1 Cancelamento de ações e aumentos de Capital Social

Em 30 de junho de 2025, a Companhia realizou redução de capital no valor de R\$ 95.835, mediante resgate de 359.428 ações, com pagamento à sua acionista Klabin com base no patrimônio líquido apurado em 31 de maio de 2025.

Em 15 de dezembro de 2025, foi concluída operação realizada pela acionista Klabin com uma Timber Investment Management Organization (“TIMO”), denominada “Operação” ou “Projeto Plateau”.

Em decorrência dessa Operação, a Companhia recebeu aportes de capital da TIMO e da Klabin ao longo do exercício de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Data	Aumento de Capital	Ações ordinárias emitidas	Ações preferenciais emitidas
03.02.2025	172.049	1,00	616.445,00
30.06.2025	137.639	224.161,00	268.995,00
15.12.2025	263.809	429.643,00	515.573,00
	573.497	653.805	1.401.013

Os referidos aumentos de capital foram integralmente subscritos e integralizados, conforme previsto nos instrumentos da Operação.

4.2 Venda de Imóvel Rural – Fazenda Vila Velha

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia concluiu a venda da Fazenda Vila Velha que possui 1,1 mil hectares de área, localizada no estado do Paraná, pelo montante total de R\$ 94.800.

Na data da alienação, o valor contábil das referidas terras registrado no balanço patrimonial era de R\$ 14.747. Em decorrência da transação, a Companhia procedeu à baixa do ativo correspondente e reconheceu o resultado apurado na operação.

Nos termos do contrato celebrado, o valor de R\$ 22.000 foi recebido na data da assinatura do instrumento contratual, sendo o saldo remanescente objeto de condições e prazos estabelecidos entre as partes, com último vencimento em setembro de 2034.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos - moeda nacional	10	11
Aplicações - moeda nacional	94.459	111.873
Total de caixa e equivalentes de caixa	94.469	111.884

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras compreendem Certificados de Depósitos Bancários com rentabilidade média de remuneração anual de 15,03% (11,98% em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil

Representam os numerários, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um risco remoto de mudança de valor, de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7 – Statement of Cash Flows).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Clientes		
Nacionais	-	57
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	-	(12)
Total de contas a receber	-	45
A Vencer	-	-
Até 30 dias	-	45
Vencidos	-	45
Ativo circulante	-	45

7. PARTES RELACIONADAS

7.1 Ativos e Passivos com partes relacionadas

Ativo circulante	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin SA	Contas a receber pela venda de produtos	159	18.530
		159	18.530

Ativo não circulante	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin SA	Contas a receber pela venda de produtos	7.451	96.156
		7.451	96.156

Passivo circulante	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin SA	Debêntures/Serviço de gerenciamento	8	(182.373)
		8	(182.373)

Passivo não circulante	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin SA	Debêntures	-	(435.399)
		-	(435.399)

7.2 Transações com partes relacionadas

Receita de vendas	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin SA	Vendas de produtos	51.101	354.316
		51.101	354.316

Compras/Serviços	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin SA	Compra de insumos e taxa de gerenciamento	(2.099)	(636)
		(2.099)	(636)

Resultado financeiro	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin SA	Juros de debêntures	(48.600)	(10.460)
		(48.600)	(10.460)

Política contábil

As transações com partes relacionadas são referentes a venda de madeira a preços e prazos estabelecidos entre as partes, assim como, e a restituição de custo prevista em contrato entre a sócia controladora (Klabin S.A.) e a Companhia, principalmente relacionada à prestação de serviços operacionais vinculados ao desenvolvimento e à manutenção das florestas.

Considerando, a característica de seus recebíveis a Companhia não constituiu Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (“PECLD”) em 31 de dezembro de 2025.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.2025		31.12.2024
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Ativo Circulante
Imposto de renda e contribuição social	7.076	946	35.265
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.076	946	35.265
Total	7.076	946	35.265

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO CORRENTES E DIFERIDOS

9.1 Conciliação da alíquota efetiva

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes do tributos sobre o lucro	224.761	329.878
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(76.419)	(112.159)
(Adições) / Exclusões permanentes	26.304	(48)
Incentivos fiscais (PAT / LE / Deduções doações)	-	560
Resultado de participações societárias	-	(1.793)
IR/CS sobre a SELIC do indébito tributário	11	-
IR e CS de exercícios anteriores	(581)	-
Parcela isenta do adicional de 10%	24	22
Outros	-	(5.035)
IR e CS no resultado	(50.661)	(118.453)
Corrente	(10.581)	(31.651)
Diferido	(40.080)	(86.802)
Alíquota efetiva	22,54%	35,91%

9.2 Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

	Reconhecido no				31.12.2024
	31.12.2025	Resultado do período	Outros Resultados Abrangentes	Outras movimentações	
Outras Provisões	-	(77)	-	-	77
Provisões trabalhistas	3.370	1.296	-	-	2.074
Passivo de arrendamento	40.843	(16.766)	-	-	57.609
Outras diferenças temporárias	20.885	-	-	20.885	-
Imposto diferido ativo	65.098	(15.547)	-	20.885	59.760
Valor justo dos ativos biológicos	(100.513)	(41.080)	-	63.582	(123.015)
Custo atribuído ao ativo imobilizado (terras)	683	-	-	-	683
Depreciação acelerada (Lei 12.272/12)	(11.812)	4.724	-	-	(16.536)
Direito de uso de arrendamento	(51.657)	12.982	-	(63.582)	(1.057)
Outras diferenças temporárias	(1.609)	(1.159)	-	-	(450)
Imposto diferido passivo	(164.908)	(24.533)	-	-	(140.375)
Saldo imposto diferido	(99.810)	(40.080)	-	20.885	(80.615)
Saldo passivo não circulante	(99.810)				(80.615)

10. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Controladora								Total
	Novo Oeste Gestão de Ativos Florestais S.A.	Florestal Vale do Corisco S.A.	Arauco Florestal Arapoti	Mahal Empreendimentos Florestais S.A.	Empreendimentos Florestais Santa Cruz Ltda	Arauco Celulose do Brasil	Arauco Participações Florestais	Outros	
Saldo do investimento em dezembro de 2023	12.270	140.888	301.413	450.436	21.747	828.121	175.590	-	1.930.465
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(5.528)	(1.128)	(80)	-	(366)	-	(87)	(7.288)	(14.477)
(+/-) Resultado não realizado	106	-	422	30	81	19.112	-	-	19.751
(+/-) Reorganização Societária	(6.848)	(139.760)	(301.755)	(450.466)	(21.462)	(847.233)	(175.503)	7.288	(1.935.739)
Saldo do investimento em dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Consolidado								Total
	Novo Oeste Gestão de Ativos Florestais S.A.	Florestal Vale do Corisco S.A.	Arauco Florestal Arapoti	Mahal Empreendimentos Florestais S.A.	Empreendimentos Florestais Santa Cruz Ltda	Arauco Celulose do Brasil	Falcão MS SPE S.A.		
Saldo do investimento em dezembro de 2023	(4.021)	140.888	301.413	35.248	-	637	167.301	-	641.466
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(5.528)	(1.128)	(80)	-	(366)	-	-	-	(7.102)
(+/-) Resultado não realizado	106	-	422	30	81	19.112	-	-	19.751
(+/-) Perda de controle	9.443	(139.760)	(301.755)	(35.278)	285	(19.749)	(167.301)	-	(654.115)
Saldo do investimento em dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-

11. ATIVOS BIOLÓGICOS

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	31.12.2025	31.12.2024
Custo de formação dos ativos biológicos	406.180	404.634
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	278.571	157.747
Total	684.751	562.381

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e o plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra curta, longa e fluff, bem como utilizada no processo de produção de papel, e as vendas de toras de madeira para terceiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 9 mil hectares (10 mil hectares em 31 de dezembro de 2024) de florestas produtivas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal protegidas pela Companhia e que também servem para atendimento à legislação ambiental brasileira.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

11.1 Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser possível de realizar os inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta somente após este período;

(ii) As florestas após o terceiro e quinto ano de plantio de pinus, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, como referência do setor, é revisada anualmente pela Administração dentro do processo orçamentário ou na medida que houver situações que exijam tal revisão;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das espécies cultivadas pela Companhia é variável, principalmente entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus;

(vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no exercício;

(ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

11.2 Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

	Total
Em 31 de dezembro de 2023	977.370
Adição	(665.723)
Adições por plantio e compras de florestas em pé	36.475
Cisão de florestas	(803.894)
Incorporação reversa	101.696
Exaustão	(134.361)
Custo histórico	(85.224)
Ajuste ao valor justo	(49.137)
Variação de valor justo por	385.095
Preço	334.806
Crescimento (i)	50.289
Em 31 de dezembro de 2024	562.381
Adição	10.242
Adições por plantio e compras de florestas em pé	10.242
Exaustão	(43.826)
Custo histórico	(8.697)
Ajuste ao valor justo	(35.129)
Variação de valor justo por	155.954
Preço	9.205
Crescimento (i)	146.749
Em 31 de dezembro de 2025	684.751

(i) A mensuração a valor justo aplica-se aos ativos maduros, iniciando-se no quarto ano para o eucalipto e no sexto ano para o pinus.

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

De acordo com a hierarquia de mensuração do valor justo, os ativos biológicos são classificados no Nível 3, conforme o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, em razão da complexidade e da natureza das premissas utilizadas em seu cálculo.

Entre as premissas consideradas no cálculo destacam-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços referem-se aos praticados nas regiões onde a Companhia está alocada. A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital, levando em conta juros e inflação de longo prazo.

O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo em 31 de dezembro de 2025 foi equivalente a R\$ 141/m³ (R\$ 123/m³ em 31 de dezembro de 2024).

Sobre a taxa de desconto, os efeitos materiais de elevação (redução) da taxa utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos acarretariam queda (elevação) dos valores mensurados. Em 31 de dezembro de

2025, a Companhia utilizou o custo médio de capital ponderado de 7,63% em moeda constante (7,93% em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com os compromissos firmados entre a Companhia e Klabin S.A., os contratos de venda de madeira em pé possuem o direito de preferência de aquisição pela Klabin S.A. mas não a exclusividade na compra.

Política contábil

A Companhia realiza a avaliação mensal dos ativos biológicos, conforme as disposições do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41 - *Agriculture*), que estabelece os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos. Essa avaliação periódica visa garantir que os valores registrados no balanço patrimonial reflitam com precisão a realidade econômica dos ativos, alinhando-se aos princípios de transparência e confiabilidade das informações financeiras. A revisão mensal permite a atualização contínua das premissas e valores, assegurando que os ativos biológicos sejam avaliados de acordo com suas condições e características atuais.

Para a determinação do valor justo, a Companhia adota a técnica da abordagem de receita, conforme preconizado pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo. Essa abordagem utiliza o modelo de fluxo de caixa descontado, o qual projeta os fluxos de caixa futuros dos ativos biológicos, descontados a uma taxa que reflete o risco e o valor do tempo do dinheiro. A aplicação dessa técnica possibilita uma mensuração precisa e adequada do valor justo, alinhada às práticas contábeis e às exigências regulamentares, garantindo que a avaliação dos ativos biológicos seja baseada em critérios sólidos e consistentes.

12. IMOBILIZADO

12.1 Composição do imobilizado

Controladora	31.12.2025		31.12.2024	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Terrenos	191.900	191.900	206.647	206.647
Total	191.900	191.900	206.647	206.647

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo contábil de imobilizado era composto por terrenos da Companhia no montante de R\$ 191.900 correspondente a 33 mil hectares de área total. (35 mil hectares de área total em 31 de dezembro de 2024)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram identificados indicadores de *impairment* que justificasse a elaboração de teste para recuperabilidade do ativo.

12.2 Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023	43.183	10.456	48.126	9.508	10.923	122.196
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(9.806)	(43.219)	(9.508)	(9.107)	(71.640)
Depreciação	-	(650)	(4.907)	-	(1.816)	(7.373)
Incorporação reversa	163.464	-	-	-	-	163.464
Em 31 de dezembro de 2024	206.647	-	-	-	-	206.647
Baixas	(14.747)	-	-	-	-	(14.747)
Em 31 de dezembro de 2025	191.900	-	-	-	-	191.900

Política contábil

De acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado, o ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Sempre que existe algum indicativo, a Companhia avalia se existe indicativos de não recuperabilidade do valor contábil de seus ativos. Existindo, é preparado teste de *impairment* e reconhecida provisão pela diferença entre o valor contábil dos ativos e seu valor realizável líquido (considerado dos dois o maior, valor em uso ou valor de venda, deduzidos os respectivos custos de transação). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não foram identificados indicativos de perda ao valor recuperável.

13. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

13.1 Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

A composição e movimentação do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos estão demonstradas a seguir:

Direito de uso dos ativos	Terras	Total no ativo
Em 31 de dezembro de 2023	89.612	89.612
Amortização	(20.764)	(20.764)
Em 31 de dezembro de 2024	68.848	68.848
Amortização	(2.081)	(2.081)
Baixas (i)	(66.767)	(66.767)
Em 31 de dezembro de 2025	-	-

(i) Baixa total decorrente do cancelamento/renúncia de usufrutos onerosos e de arrendamentos cedidos a empresas do mesmo grupo econômico.

Passivo de arrendamento	
Em 31 de dezembro de 2023	97.250
Pagamento	(24.014)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(24.014)
Outras movimentações	
Encargos	4.906
Em 31 de dezembro de 2024	78.142
Pagamento	(244)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(244)
Outras movimentações	
Encargos	(11.131)
Baixas	(66.767)
Em 31 de dezembro de 2025	

Política contábil

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de terras, máquinas, equipamentos e imóveis, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado dos exercícios e registrado na linha competente à sua natureza (“custo dos produtos vendidos” / “despesas administrativas” / “despesas com vendas”), assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “resultado financeiro”. A Companhia reconhece seu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos, considerando as seguintes premissas:

(i) operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e, por não identificar aspectos de renovação, optou por não considerar as renovações dos contratos, haja vista que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido);

(ii) contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor;

(iii) somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato são consideradas;

(iv) inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável e, no caso de terras e imóveis, excluindo custos como imposto territorial rural – ITR, condomínio, imposto predial e territorial urbano – IPTU;

(v) a metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas, descontadas pela taxa incremental de financiamento definida para a classe do ativo;

(vi) a taxa incremental de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi calculada com base nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia. As taxas para as operações de arrendamento de terras florestais e imóveis administrativos e galpões comerciais para contratos firmados no exercício de 2025 são de 13,45% ao ano para contratos com vencimento de até 5 anos, de 13,48% para vencimento de 6 a 10 anos, de 13,52% para vencimentos de 11 a 15 anos, de 13,36% para vencimentos de 16 a 20 anos e de 13,33% para vencimento acima de 20 anos, além de 13,45% ao ano para operações que envolvam máquinas e equipamentos;

(vii) a remensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (*reset*), quando a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos;

(viii) a Companhia analisou, dentro das operações que se enquadram no escopo da norma, os efeitos relativos às contingências e aos riscos de *impairment* e não identificou impactos.

14. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		
Moeda nacional	192	39
Total fornecedores circulante	192	39

Política contábil

O contas a pagar aos fornecedores é composto de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, além dos investimentos nos projetos da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável, de acordo com o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

	31.12.2025		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Subtotal
Controladora			
Trabalhistas	(9.912)	145	(9.767)
	(9.912)	145	(9.767)

	31.12.2024		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Subtotal
Trabalhistas	(6.099)	(805)	(6.904)
Cíveis	(214)	-	(214)
Controladora e Consolidado	(6.313)	(805)	(7.118)

15.1 Movimentação das contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Exposição bruta	Exposição líquida
Em 31 de dezembro de 2023	(653)	-	(2.183)	(653)
Provisão / Novos processos	(4.522)	(214)	(4.522)	(4.522)
Baixas e reversões	392	-	392	392
Movimentação de depósito	(725)	-	-	(725)
Em 31 de dezembro de 2024	(5.508)	(214)	(6.313)	(5.508)
Provisão / Novos processos	(9.485)	(33)	(9.518)	(9.518)
Baixas e reversões	5.672	247	5.919	5.919
Movimentação de depósito	(660)	-	-	(660)
Em 31 de dezembro de 2025	(9.981)	-	(9.912)	(9.767)

15.2 Processos fiscais, tributários, previdenciários, trabalhistas e cíveis classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em outros processos de natureza tributária, trabalhista e cível, cujos riscos de perda foram classificados como possíveis, que totalizam:

	31.12.2025	31.12.2024
Possíveis		
Trabalhistas	12.556	6.161
Cíveis		259
Total	12.556	6.420

Com base na análise individual dos processos judiciais e administrativos, e amparada na opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que esses processos têm os prognósticos de perda avaliados como possíveis e, dessa forma, não são provisionados.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social

O capital social da Jacarandá, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, está dividido em 2.840.300 ações (1.144.910 em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, correspondente a R\$ 620.668 (R\$ 143.006 em 31 de dezembro de 2024), assim distribuído:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ações ordinárias ON	Ações preferenciais PN	Ações ordinárias ON	Ações preferenciais PN
Acionistas				
Klabim S.A.	785.482	-	1.144.910	-
TIMO	653.805	1.401.013	-	-
Total	1.439.287	1.401.013	1.144.910	-

As ações ordinárias conferem ao seu titular o direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia. As ações preferenciais terão as seguintes características:

- i) não terá direito a voto;
- ii) terá direito ao recebimento de dividendos e de juros sobre capital próprio no mesmo valor por ação dos dividendos e juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Companhia aos detentores de ações ordinárias, e
- iii) terá prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

16.2 Reservas de lucro

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, subsequente à destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% e à constituição das diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

(i) **Reserva legal:** constituída na base 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social;

(ii) **Reserva para Investimentos e Capital de Giro:** constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas na forma prevista no Estatuto Social, ou para incorporação ao capital social;

(iii) **Reserva de ativos biológicos:** em decorrência dos efeitos do reconhecimento a valor justo dos ativos biológicos, a Companhia, optou por constituir uma reserva de ativos biológicos, a qual é utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos da Companhia por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foi realizado econômica e financeiramente.

O valor a ser utilizado para a constituição da reserva de ativos biológicos será limitado ao saldo da conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados” após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar.

A reserva de ativos biológicos será, pela destinação do resultado do exercício pelo que nele estiver contido, líquido dos efeitos tributários: (i) constituída em cada exercício, com receita da avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) revertida para Lucros ou Prejuízos Acumulados para contrapor a despesa na avaliação do valor justo dos ativos biológicos e; (iii) realizada pela exaustão do valor justo dos ativos biológicos contra o saldo em Lucros Acumulados.

16.3 Destinação dos lucros e dividendos

Os dividendos, ora aprovados, serão deduzidos dos dividendos obrigatórios que forem declarados pela Assembleia Geral que deliberar sobre as contas do exercício de 2025.

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais.

	31.12.2025	31.12.2024
(=) Prejuízos acumulados de anos anteriores	-	(120.504)
(=) Lucro líquido do exercício	174.100	211.425
(-) Constituição de reserva legal	(8.705)	(4.545)
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos	(102.930)	(254.163)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos	23.185	167.787
(=) Lucro base para distribuição	85.650	-
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	21.413	-
Dividendos distribuídos no exercício		
(-) Dividendos propostos	(61.997)	-
(=) Total de dividendos distribuídos	(61.997)	-
(-) Constituição da reserva de investimento e capital de giro	(23.653)	-
(=) Resultados acumulados	-	-

Política contábil

De acordo com Estatuto Social da Companhia, é atribuído aos acionistas a distribuição a título de dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ajustado pela constituição, realização e reversão das Reservas de Ativos Biológicos e da Realização da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A totalidade da receita de vendas da Companhia é oriunda de venda de madeira em pé para sócia Klabin S.A.

	31.12.2025	31.12.2024
Receita bruta de vendas de produtos	51.101	354.316
Impostos incidentes sobre vendas	(5.774)	(34.937)
Receita líquida de vendas	45.327	319.379
Mercado interno	45.327	319.379
Receita líquida de vendas	45.327	319.379

Política contábil

De acordo com o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. A Companhia reconhece a receita de venda sempre que for provável que os recursos econômicos da transação fluam para a entidade e que, todas as obrigações de desempenho contratadas pelo cliente tenham sido cumpridas, que se dá no momento da transferência de posse e propriedade dos ativos ao comprador.

18. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA

	31.12.2025	31.12.2024
Custo dos produtos vendidos		
Custos variáveis	452	(82.616)
Exaustão	(43.826)	(134.361)
Outros	(546)	(11.148)
	(43.920)	(228.125)
Despesas com vendas, gerais e administrativas		
Fretes	-	(31.534)
Gastos com pessoal e serviços	-	(22.127)
Depreciação e amortização	-	(24.944)
Contratação de serviços	-	(4.350)
Manutenção	-	(3.074)
Outros	(1.114)	(9.350)
	(1.114)	(95.379)
Outras receitas e despesas líquidas		
Receita de outras vendas	94.800	318
Custo de outras vendas	(14.747)	(52)
Ganhos de processos judiciais	-	(2.514)
Outros	5.169	(17.162)
	85.222	(19.410)
Total	40.188	(342.914)

Política contábil

As despesas são registradas observando-se o princípio de competência do exercício/período.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	22.050	3.136
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.025)	(74)
Outras	35	65
	21.060	3.127
Despesas financeiras		
Juros financiamentos e atualização monetária	-	(2.319)
Juros sobre debêntures intercompanhia	(48.600)	(10.460)
Encargos de arrendamento (i)	11.131	(4.906)
Outras	(299)	(6.574)
	(37.768)	(24.259)
Variação cambial		
Variação cambial de passivos	-	(5.276)
	-	(5.276)
Resultado financeiro	(16.708)	(26.408)

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

20.1 Gestão de riscos climáticos

As operações da Companhia, dada sua natureza, estão expostas a riscos atrelados a mudanças climáticas. Os ativos imobilizados da Companhia (nota explicativa 11) e os ativos biológicos (nota explicativa 10) podem ser impactados pela determinação de suas respectivas variáveis usadas nos cálculos de valor justo e recuperáveis (impairment).

A Companhia contempla em sua rotina de gestão avaliações de riscos climáticos e de escassez hídrica que podem afetar, de certa forma, diretamente a produtividade dos ativos biológicos e potencialmente a capacidade de produção de celulose e papel de fibra virgem. Em seu Centro Tecnológico de Pesquisa Florestal, são coordenados estudos e monitoramento contínuo de suas florestas para compreender o comportamento do desenvolvimento e da adaptação de seus ativos biológicos frente às mudanças de temperatura, disponibilidade de água, qualidade de conservação do solo e importância da biodiversidade existente.

Historicamente, os maciços florestais que atendem as unidades fabris de celulose e papel da Companhia situam-se em regiões de clima subtropical com baixa deficiência hídrica ao longo do ano e temperaturas moderadas. A Companhia realiza o monitoramento baseado em modelos matemáticos e experimentos de campo, na busca por regiões que têm se mostrado mais resilientes frente aos impactos climáticos e de biodiversidade projetados para o futuro.

Além dos possíveis impactos em produtividade, citados acima, a falta de chuva pode acarretar queimadas que podem atingir os maciços florestais da Companhia.

A Companhia conta com centros de monitoramento que identificam focos de queimada e viabilizam ações rápidas de combate a incêndios, minimizando danos às florestas. Possui ainda uma estrutura dedicada à gestão de riscos climáticos e corporativos, com metodologias próprias que permitem o monitoramento contínuo, a avaliação e a mitigação de riscos, além da implementação de estratégias de resiliência e adaptação.

JACARANDA REFLORESTADORA S.A.
CNPJ Nº 00.198.057/0001-47

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Marcos Paulo Conde Ivo - Presidente
Matheus Barros Moura

DIRETORIA

Guilherme de Vasconcelos Parra – Diretor Presidente
Felipe Machado de Souza Ardito – Diretor Financeiro

Dayele Rodarte Fernandes Silva
Contadora – CRC SP317897/O-0